

PARTICIPAÇÃO, EMPODERAMENTO E POLITIZAÇÃO NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA REGIÃO DA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA E AGRESTE PERNAMBUCANO – UMA PERSPECTIVA AVALIATIVA COMPARATIVA.

Carolline Dias Pena¹; Ana Cristina Brito Arcoverde²

¹Estudante do Curso de Serviço Social - CCSA – UFPE; E-mail: carolline.dias@hotmail.com,

²Docente/pesquisador do Depto de Serviço Social – CCSA – UFPE. E-mail: ana.arcoverde@gmail.com.

Sumário: Este presente trabalho teve como objetivo realizar uma avaliação dos ganhos políticos dos trabalhadores integrantes dos empreendimentos econômicos solidários das mesorregiões da Zona da Mata e Agreste Pernambucano. Compreendendo cooperativas, associações entre outras formas organização que utilizam como princípio de gestão a economia solidária, buscou-se elencar as implicações na ação política dos trabalhadores a partir das diferentes vivências e experiências do trabalho coletivo através dos indicadores políticos elencados por Arcoverde (2013), participação, empoderamento e politização, com a finalidade de compreender como a participação nos empreendimentos econômicos solidários pode ocasionar possíveis desdobramentos em processos sociopolíticos coletivos ou individuais. As informações aqui presentes foram obtidas em entrevistas realizadas em 74 empreendimentos da mesorregião Zona da Mata pernambucana e 81 entrevistas realizadas na mesorregião do Agreste pernambucano que constituem parte do universo criado para o projeto maior, Avaliação dos impactos ideológicos e políticos dos empreendimentos solidários em Pernambuco, 2012 a 2015.

Palavras-chave: economia solidária; empoderamento; participação; politização

INTRODUÇÃO

A crise estrutural do capital que ocorreu em 1970 acarretou em um contexto adverso para as seguintes décadas da economia mundial e também brasileira. A limitada expansão da lucratividade do capital põe a necessidade de uma reorganização produtiva para a busca do restabelecimento do crescimento econômico. A solução encontrada para contornar esta crise foram novas formas de organização do processo de trabalho, novos tipos de contratos trabalhistas, assim como novos modos de mobilização da força dessa trabalho.

De acordo com Arcoverde (2009), em resposta a esta reestruturação, no Brasil a partir da década de 70 a economia solidária emerge como movimento da sociedade civil que tem como finalidade não só responder ao desemprego crescente, mas também constituir-se mecanismo para transformação social:

A economia solidária é capaz de se constituir em um instrumento de luta contra processos de exclusão e/ou de pobreza, em vetores de inovação, ou ainda em resposta às novas necessidades frente à incapacidade das administrações e coletividades locais e regionais de criar e por em prática soluções mais eficazes para enfrentar o desemprego e incluir social e economicamente a população trabalhadora. (ARCOVERDE, 2009, p.18).

Contextualizando a conjuntura pernambucana, Arroyo e Schuch (2006) afirmam que em Pernambuco a economia solidária aparece como uma alternativa dos trabalhadores contra o

avanço neoliberal que elimina diversos postos de trabalho formal após 1980 e contra a política privatista adota pelo presidente Collor.

A economia solidária comporta uma alternativa às relações capitalistas por se configurar a partir de relações apostas a essa lógica. Assim, Singer (2002) afirma:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado final é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda. (SINGER, 2002, p.10).

A participação nas decisões do coletivo, na medida em que são seguidos os princípios básicos presentes na economia solidária de autogestão, democracia, solidariedade e cooperação, podem proporcionar espaços de educação e conscientização, como também de luta pelo exercício de direitos. De acordo com ARCOVERDE (2013) a participação alcança sua expressão superior a partir da participação nas tomadas de decisão, referentes ao processo democrático ou de horizontalidade no trabalho, no exercício do poder político, ou em qualquer espaço de participação. Se tais princípios norteiam a organização da produção desses empreendimentos, é de se esperar que mudanças na ação política de seus empreendedores aconteçam e necessitem de avaliação.

Já o empoderamento, termo utilizado para descrever apropriação de conhecimento, é entendido aqui como a capacidade que os participantes das diferentes formas associativas desenvolvem no trabalho produtivo coletivo, sobretudo nos espaços de tomada de decisão, e que os levam à ação pelo conhecimento apropriado e luta pelo exercício dos direitos. Em geral está relacionado à emancipação individual e à consciência coletiva indispensáveis à superação da dependência social e à dominação política, ou seja: pela consciência em si e para si, nos termos de Kosik (1970).

A politização pode ser possibilitada pela participação que acarreta empoderamento, compreendendo mudanças na consciência ideológica e política, visto que toda ação é sócio-política e fundamenta-se em concepção de mundo ou ideologia, que se expressa em todas as esferas da vida social. A ação política resulta e compreende a ideologia, que segundo Teixeira (2010), é a concepção de mundo e projeto político (dotado de intencionalidade) presente nas manifestações individuais e coletivas. Por tais motivos busca-se compreender como a participação nos empreendimentos solidários pode ocasionar possíveis desdobramentos em processos sociopolíticos coletivos ou individuais através do empoderamento e politização.

MATERIAIS E MÉTODOS

O caminho metodológico realizado consistiu no levantamento de dados, construção de um universo e retirada de uma amostra aleatória simples para a realização de uma pesquisa de caráter qualitativa avaliativa sobre os impactos ideológicos e políticos dos empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco. A amostra aleatória simples resultou em 316 empreendimentos em 142 municípios pernambucanos. A elaboração do instrumento de coleta consistiu na criação de dois questionários semiestruturados e elaborados em conjunto pela equipe, de modo que fosse possível através dos mesmos, obter um perfil dos empreendimentos e um perfil seus participantes, permitindo assimilar aspectos objetivos e subjetivos através de perguntas fechadas e abertas, contemplando os impactos políticos ocasionados pela sua inserção no empreendimento. Foram realizadas 301 entrevistas nos 139 municípios, sendo 69 na Região Metropolitana do Recife, 74 na Zona da Mata Sul e Norte, 81 no Agreste, 54 no Sertão e 23 no São Francisco. Quinze

entrevistas não foram realizadas por inúmeras razões, entre elas a inexistência do endereço informado no registro dos empreendimentos. Para construção dessa pesquisa utilizei as 155 entrevistas realizadas no Agreste e Zona da Mata.

A participação, a politização, e o empoderamento estão relacionados entre si e correspondem às questões a respeito da filiação partidária, participação em outras organizações, participação em movimentos sociais e participação em redes de colaboração ou fóruns. Como entendemos por empoderamento a possibilidade de adquirir conhecimento e apreensão dos direitos como participante, e como tais conhecimentos possibilitam uma qualificação da ação política, as questões respondidas em relação a este indicador foi relacionada ao conhecimento da legislação do empreendimento e a apropriação dos mesmos dos seus direitos e deveres dentro desse espaço.

RESULTADOS

Na Mata pernambucana 27,03% dos entrevistados possuem filiação partidária, 67,56% não possui filiação partidária e 5,40% não responderam. No Agreste, relacionado à filiação partidária 37,04% são filiados, 59,25% não são filiados e 3,70% não responderam. Em relação à Zona da Mata, quando questionados a respeito da Participação em outras organizações, 62,16% dos entrevistados afirmaram participar, 32,43% afirmaram não participar e 5,40% não responderam, já no Agreste 45,67% afirmaram participar, 48,14% afirmaram não participar e 6,17% não responderam. Quanto à participação em movimentos sociais na Zona da Mata, 45,94% afirmaram participar, 50% afirmaram não participar e 4,05% não responderam. No Agreste há uma diferença ainda mais expressiva, 24% afirmaram participar, 64,19% afirmaram não participar, e 11,11% não responderam. Em relação às redes de colaboração ou fóruns, 54,05% afirmaram participar, 36,49% não afirmaram não participar e 9,46% não responderam, o Agreste pernambucano possui uma porcentagem parecida, em torno de 54,32% afirmaram participar, 38,27% afirmaram não participar e 7,40% não responderam. Quanto ao conhecimento da legislação do empreendimento 91,89% dos entrevistados da Zona da Mata afirmaram conhecê-la, 4,05% não, e 4,05% não responderam, quantidade bastante expressiva, já no Agreste houve uma porcentagem menor, 79,01% afirmaram conhecer, 8,87% não e 11,11% não responderam. Na região da Mata 90,54 dos entrevistados descreveram seus direitos e deveres, 4,04% afirmaram não conhecer e 5,40% não responderam. No Agreste 80,24% dos entrevistados descreveram seus direitos, 9,87% afirmaram não saber e 9,87% não responderam.

DISCUSSÃO

Apesar dos processos de participação, empoderamento e politização vivenciados pelos participantes dos empreendimentos econômicos solidários do Agreste e Zona da Mata envolverem particularidades de cada uma dessas mesorregiões, imprimindo diferenças nos dados expressos, sejam por contextos geoeconômicos ou sociais, foi possível comparar os dados obtidos, perceber semelhas e também lançar luz sobre a nossa proposta.

Embora haja uma aproximação de dados em relação à filiação partidária e na participação em redes de colaboração ou fóruns, os dados expressam algumas diferenças. É importante ressaltar a maior expressão na mesorregião da Zona da Mata em relação aos dados da participação em outras organizações ou espaços institucionais e da participação em movimentos sociais. A mesma diferença se expressa em relação aos dados a respeito do conhecimento da legislação do empreendimento e compressão dos direitos e deveres de seus trabalhadores na Zona da Mata. É preciso também destacar que no Agreste há uma maior quantidade de não respostas relacionadas às perguntas de conhecimento da legislação e seus direitos e deveres.

CONCLUSÕES

Mesmo que as diferenças não apareçam expressivamente é possível identificá-las. As possíveis mudanças que a manifestação da consciência acarreta através da participação nos empreendimentos para a ação política podem ser identificadas na defesa pessoal por direitos através do conhecimento apropriado da luta, pela maior expressão da Zona da Mata pernambucana quanto aos questionamentos referentes ao empoderamento, qualificando a experiência obtida na participação das decisões no coletivo, rebatendo na maior expressão da participação em outras organizações e movimentos sociais não coincidentemente na Mata pernambucana. Assim a participação e o empoderamento, podem qualificar os participantes através da socialização da gestão, rebatendo na politização desses indivíduos, seja na participação em outros espaços, institucionais ou não institucionais, em movimentos sociais, ou no exercício de sua cidadania, porém não se expandem quando se trata da participação político partidária, demonstrando a carência do debate a respeito desses espaços sócio-institucionais diferenciados que configuram-se como ambientes de embate fundamentais na sociabilidade atual. A negação dessas instâncias e atribuição a elas como salvaguarda dos problemas sociais retarda o entendimento da força coletiva necessária para transformação social, ampliando ainda mais os processos sociopolíticos.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a Universidade Federal de Pernambuco, à Prof^a Ana Cristina Brito Arcoverde, aos meus amigos, Heider Victor Cabral de Moura e Rozalina da Silva Santos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. (Org.) 2007. **Economia Popular Solidária em Pernambuco**. Recife: Ed. Livro Rápido, 2007.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito (Org.). 2009. **Economia Solidária em Pernambuco: alternativa de emancipação frente ao desemprego e a exclusão social?** Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito.(Org). 2013. **Metodologias qualitativas de pesquisa em Serviço Social – Recife: Ed Universitária da UFPE**. 2013
- BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa.**Desafios do controle social na atualidade**.Revista serviço social e sociedade,São Paulo,n.109,p.126-150, jan./mar.2012.
- OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. **A trajetória de Empoderamento de mulheres na Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/390/294>>. Acesso em: 15 de julho de 2015
- ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- ROLNIK, Ralquel, et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as Ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2013.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária/ Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo: Editora da fundação Perseu Abramo, 2002**.
- TEIXEIRA, Luiza Reis. **A ideologia política na economia solidária: uma análise de empreendimentos solidários em Salvador**. São Paulo: HUCITEC, 2010.



KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.